

## **8 CENÁRIO DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIOCULTURAL**

### **8.1 Introdução**

A necessidade da melhoria da qualidade de vida, aliada às condições insatisfatórias de saúde ambiental, bem como à importância de diversos recursos naturais para a manutenção da vida, levou ao estado brasileiro a adotar uma política de saneamento básico adequada, materializada na Lei nº. 11.445/07.

Essa preocupação deve-se a que a falta de planejamento municipal, com ações fragmentadas, bem como a ausência de uma análise integrada conciliando aspectos sociais, econômicos e ambientais, pode acarretar sérios problemas ao meio ambiente, com reflexos na qualidade de vida da população. Em contraposição, ações adequadas na área de saneamento conduzem a um desenvolvimento equilibrado, sem desperdício de recursos e com redução de gastos com a saúde pública.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), citada pelo instituto Trata Brasil (2010), o saneamento básico precário representa uma grave ameaça à saúde humana. Apesar de disseminada no mundo, a falta de saneamento básico ainda é muito associada à pobreza, afetando principalmente a população de baixa renda e de maior vulnerabilidade social, devido à subnutrição e, muitas vezes, pela higiene inadequada. As enfermidades associadas a sistemas de água e esgoto inadequados e as deficiências com a higiene causam a morte de milhões de pessoas todos os anos, com prevalência nos países de baixa renda (PIB per capita inferior a US\$ 825,00).

Análise estatística desenvolvida no estudo “Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro” (TRATA BRASIL; IBGE/FGV, 2010) identificou uma relação expressiva entre o acesso ao saneamento e a incidência de infecções gastrintestinais<sup>1</sup>, constatando que nos municípios com maior acesso à coleta de esgoto foi significativamente menor a incidência de infecções gastrintestinais, em especial entre as crianças e jovens até 14 anos. Consideraram que, com a universalização do saneamento, o número de internações por infecções gastrintestinais seria reduzido dos 462 mil casos por ano para 343 mil, isto é, uma diminuição de mais de 25%. Em termos absolutos, o número de internações deveria cair em 119 mil, sendo 40% desses casos na região Nordeste. Em termos relativos, contudo, as regiões onde o impacto seria maior seriam o

---

<sup>1</sup> As infecções gastrintestinais consideradas foram, conforme a classificação CID -10: shigelose, amebíase, diarreia e gastroenterite origem infecciosa presumível, cólera e outras doenças infecciosas intestinais.

Sudeste e o Sul brasileiros, cujos números de infecções poderiam cair de 55,8% e 36,8%, respectivamente.

O estudo supracitado quantificou uma série de benefícios decorrentes da universalização do saneamento básico no Brasil, tais como: a) uma redução de 25% no número de internações e 65% na mortalidade, ou seja, 1.277 vidas seriam salvas; b) redução de gastos de R\$ 309 milhões nos afastamentos de trabalhadores; c) uma produtividade do trabalhador 13,3% superior, possibilitando o crescimento de sua renda em igual proporção; d) valorização média de até 18% no valor dos imóveis; e) economia de R\$ 745 milhões somente em despesas de internação no SUS ao longo dos anos; f) economia de R\$ 547 milhões, decorrentes de remunerações referentes à horas não-trabalhadas de funcionários com infecções gastrintestinais

Os referidos autores ressaltam que, embora fique nítido que as famílias de renda mais baixa sejam as mais favorecidas com o esgotamento sanitário adequado, os benefícios se alargam para a sociedade como um todo, com a maior probabilidade de uma população mais saudável e produtiva, bem como com espaços urbanos qualificados para a moradia e as atividades econômicas.

Assim, torna-se essencial que sejam examinados os aspectos demográficos, econômicos e socioculturais da realidade local, considerando que o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Aimorés tem como objetivo estabelecer um planejamento das ações de saneamento com a participação popular, que atenda aos princípios da política nacional de saneamento básico,

De acordo com Sotepa (2012), a Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas ao alcance das metas do milênio, considerou 2008 o “Ano Internacional do Saneamento”, declarando que as ações de saneamento básico constituem um direito de todos os cidadãos, sendo vital para a saúde e desenvolvimento social; além de ser um bom investimento econômico e contribuir para a melhoria da proteção ambiental (Figura 26), quando garantem a qualidade da água de abastecimento, a coleta, o tratamento e a disposição adequada de dejetos humanos e resíduos sólidos, conforme dita a Lei nº 11.445/2007, que regulamenta o serviço de saneamento básico no Brasil e define uma política federal para o setor, regulamentada pelo Decreto nº. 7.217/10.

### **Figura 1 - Saneamento como direito público e social**

# Saneamento Básico



FONTE: Brasil (2008), citado por Sotepa (2012)

A edição da Lei nº. 11.445/2007 constituiu um avanço na área institucional, ao criar um marco legal e reduzir a insegurança jurídica no setor do saneamento básico. Neste prisma, em seu artigo 2, considera que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: a) universalização do acesso; b) integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; c) abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; d) disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; e) adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; f) articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; g) eficiência e sustentabilidade econômica; h) utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; i) transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; j) controle social; l) segurança, qualidade e regularidade;

m) integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Dados do SNIS, apresentados pelo Instituto Trata Brasil, com a colaboração e pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2010), mostram que, apesar de avanços verificados na regulamentação do setor e no volume de investimentos, os desafios do saneamento básico ainda são enormes no Brasil, em especial no que diz respeito aos serviços de esgotamento sanitário. Assim, enquanto o índice de atendimento da população no abastecimento de água atingiu 81,2% em 2008, o atendimento na coleta de esgoto foi de apenas 43,2%. O déficit em saneamento pode ser estimado em aproximadamente 114 milhões de habitantes no caso do esgotamento sanitário e 43 milhões no abastecimento de água.

No que diz respeito à coleta de esgotos, o quadro é precário mesmo na área urbana, uma vez que apenas metade (50,6%) da população é atendida; além do fato de que apenas 34,6% do volume de esgoto coletado recebe tratamento.

A gravidade da questão do saneamento é mais intensa no meio rural, em função do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas, que tende a ser agravada por condições inadequadas de esgotamento doméstico, com riscos crescentes para as condições de saúde da população (DRZ, 2009).

É certo que a regulamentação do setor é recente e que muitos investimentos ainda não puderam ser colocados em prática em razão de entraves antigos, o que reflete a importância do engajamento da sociedade brasileira e de todos os níveis de governo sobre a questão em pauta.

Para conhecer o que pensa o brasileiro sobre o saneamento básico, sua importância para a vida, os impactos da ausência dos serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos, bem como a visão quanto à responsabilidade das autoridades foi realizada pelo Instituto Trata Brasil e IBOPE uma pesquisa em 26 cidades, com mais de 300 mil habitantes, junto a 1.008 pessoas, no período de 24 a 29 de março de 2012, com a prevalência de mulheres (55%), da classe C (54%), com idades acima dos 30 anos e com grau de instrução do ensino fundamental. Resultados mostraram que a população conhece o tema e reconhece os impactos negativos da falta de saneamento; mas, mesmo assim, não dá prioridade; isto é, não relacionam diretamente Saneamento com Saúde, não se engajando para cobrar melhorias e depositando no Poder Público toda a responsabilidade com o saneamento básico. A administração pública, por sua vez, também não tem esta área como prioritária, desconsiderando os impactos positivos trazidos pelos investimentos em saneamento nos demais setores da cidade (TRATA BRASIL; IBOPE, 2012).

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido para que haja uma maior conscientização da sociedade sobre os benefícios do saneamento e para que o país dê conta de reduzir suas carências, em termos de infraestruturas.

## **8.2 Metodologia**

A pesquisa sobre o cenário demográfico econômico e sociocultural do município de Aimorés/MG, de natureza descritiva e exploratória, está fundamentada na abordagem interdisciplinar, uma vez que a mesma permite obter um panorama das inter-relações e interdependências entre os três aspectos da realidade local, permitindo também compreender os mecanismos que são orientadores e condicionantes da reprodução dos sistemas naturais e sociais.

Para tanto, foi feito uso da pesquisa bibliográfica, com levantamento de dados censitários e documentais, visando o reconhecimento da realidade, no que concerne aos aspectos físicos e humanos, grupos e instituições locais, diretamente relacionados com a dinâmica do território e suas territorialidades.

As variáveis referentes aos aspectos demográficos, econômicos e socioculturais compreenderam as seguintes informações gerais sobre o município de Aimorés/MG: a) Aspectos demográficos (dados populacionais, estrutura etária, densidade demográfica, dentre outros); b) Levantamento de dados sobre o Habitat Familiar e infraestruturas disponíveis; c) Condições de produção, emprego, renda, pobreza e desigualdade; d) Acesso ao conhecimento, nível, capacidade e índice de desenvolvimento do sistema educacional; e) Descrição da situação e indicadores de saúde; f) Informações sobre a vulnerabilidade e assistência social; g) Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; h) Estado da cultura, esporte, turismo e lazer; i) Dimensionamento da segurança pública, em termos dos indicadores de criminalidade e esforços de gestão para a administração desse fenômeno; j) Situação das finanças públicas e Índice de Responsabilidade Social.

Os dados foram examinados por meio da estatística descritiva, através de análises gráficas e tabulares.

## **8.3 Aspectos Demográficos, Econômicos e Socioculturais**

### **8.3.1 Aspectos Demográficos**

Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do país, com mais de 20 milhões habitantes, que se distribui por 853 municípios, que correspondem a 51,2% dos existentes

na região Sudeste e 15,5% do Brasil. Segundo estimativas do IBGE (2013), o Estado de Minas Gerais possui uma população de 20,5 milhões de habitantes, enquanto o Município de Aimorés conta com 25.675 habitantes, participando apenas com 1,25% desta população.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), a população do município foi contada em 2000, em 25.105 habitantes, concentrados principalmente na Sede, com 4014 domicílios particulares, sendo o número de habitantes do sexo feminino (51,3%) superior ao masculino (Quadro 5).

A taxa de urbanização cresceu 9,29, passando de 68,39% em 1991 para 74,74% em 2000; encontrando-se atualmente em 78,9%.

**Quadro 1 - Relação dos Habitante por sexo e domicílios dos Distritos do Município de Aimorés, Minas Gerais, 2001.**

Distrito	Habitantes			Domicílios
	Homens	Mulheres	Total	Particulares
Alto do Capim	776	713	1.489	335
Conceição do Capim	684	710	1.394	415
Expedicionário Alcício	446	460	906	261
Mundo Novo de Minas	511	464	975	279
Penha do Capim	681	677	1.358	417
Santo Antônio do Rio Doce	711	784	1.555	451
São Sebastião da Vala	969	953	1.922	527
Sede	6.640	7.305	13.945	4.014
Tabaúna	800	761	1.561	409

FONTE: IBGE (2001)

Já segundo estatísticas divulgadas pelo IBGE (2013), a população estimada para 2013 é de 25675 habitantes, sendo o 138º mais populoso do estado e o segundo da Microrregião de Aimorés, perdendo apenas para Mutum, com uma densidade populacional de 18,4 habitantes por km<sup>2</sup>(Quadro 6).

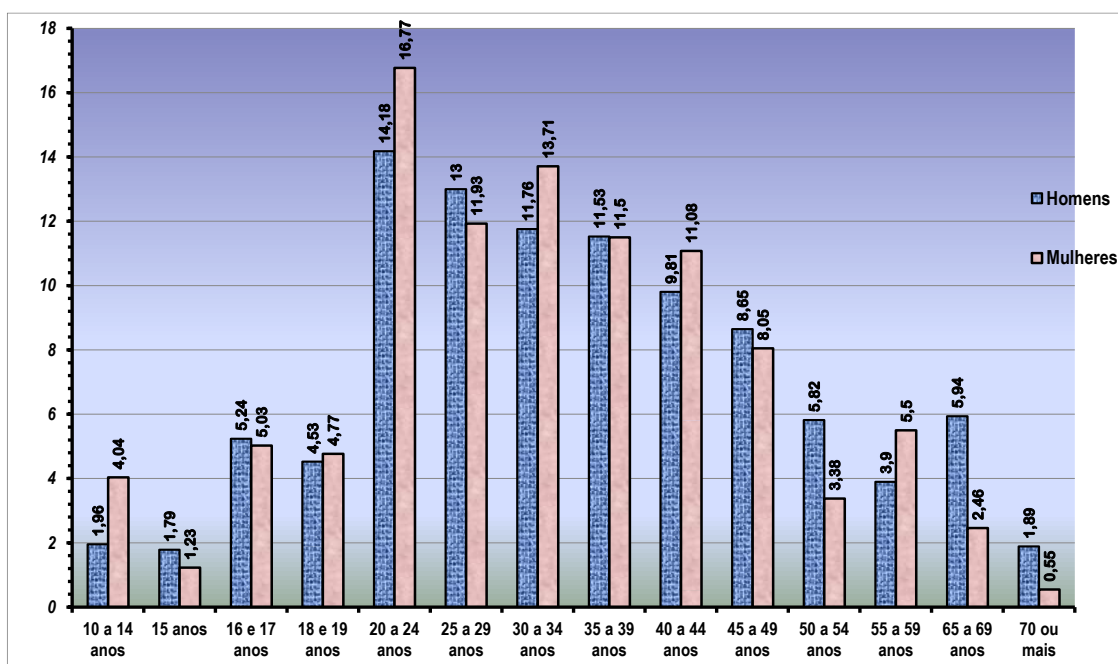
**Quadro 2 - Indicadores Populacionais da Microrregião de Aimorés/MG, 2010.**

<b>Município</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>População (N<sup>o</sup>)</b>	<b>Densidade Populacional (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Aimorés	1.353,06	24.959	18,4
Alvarenga	296,06	4.444	15,0
Conceição de Ipanema	254,11	4.456	17,5
Conselheiro Pena	1.466,74	22.242	15,2
Cuparaque	228,88	4.680	20,4
Goiabeira	112,46	3.053	27,1
Ipanema	457,61	18.170	39,7
Itueta	454,03	5.830	12,8
Mutum	1.253,12	26.661	21,3
Pocrane	690,06	8.986	13,0
Resplendor	1.083,84	17.089	15,8
Santa Rita do Itueto	486,91	5.697	11,7
Taparuba	193,43	3.137	16,2

FONTE: FJP (2013).

O aumento da população foi significativo entre 20 e 34 anos, tanto para homens quanto para mulheres, sendo o índice de envelhecimento equivalente a 60,1% (FJP, 2013). A população jovem tende a ser menos expressiva, o que sugere uma perda populacional, em busca de novas oportunidades de emprego ou de estudo fora do município, como mostra a Figura 27.

**Figura 2 - Distribuição da população, por sexo, segundo os grupos de idade, Aimorés, Minas Gerais, 2010.**



FONTE: IBGE (2010)

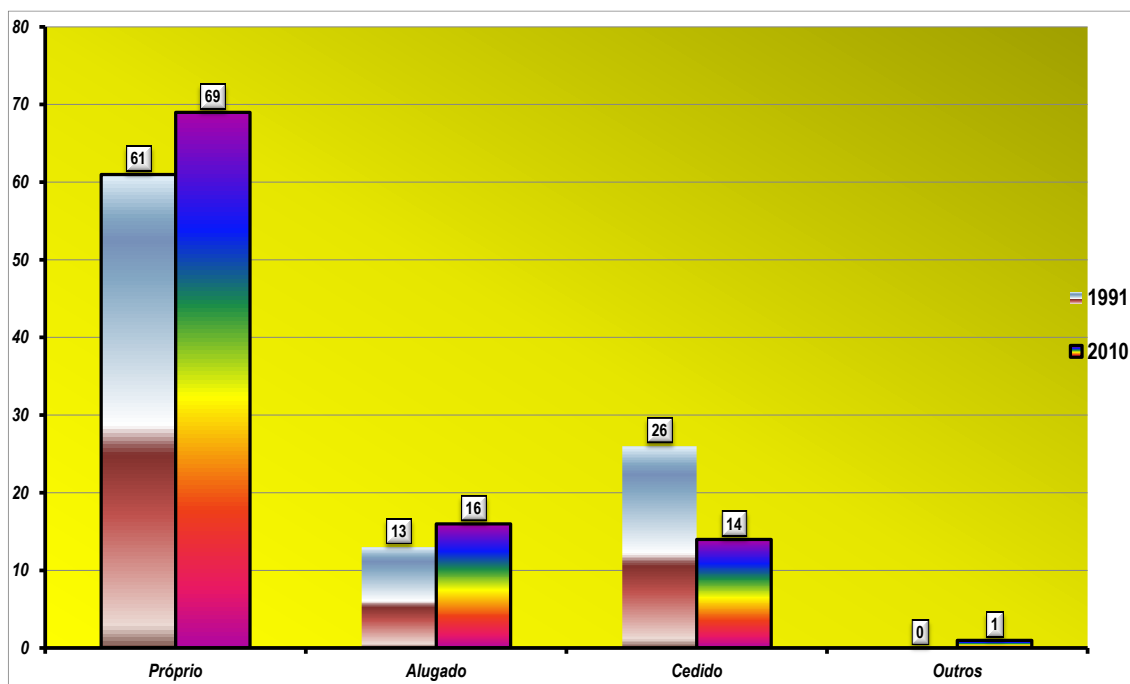
Em 2010, segundo dados do Censo IBGE daquele ano, a população aimoreense era composta por 9786 brancos (39,21%); 1361 negros (5,45%); 203 amarelos (0,81%); 13510 pardos (54,13%); e 99 indígenas (0,4%).

### 8.3.2 Condições do *Habitat* Familiar e Infraestruturas Disponíveis

As condições do *habitat* familiar representam uma das principais dimensões da qualidade de vida da população, considerando sua relação com a saúde. Na análise dessa categoria considerou-se: tipo de moradia e propriedade do domicílio, a forma de acesso a água, coleta de lixo, esgotamento sanitário, acesso à eletricidade, déficit habitacional (densidade de moradores por dormitório); além da disponibilidade de infraestruturas comunitárias.

Segundo dados do IBGE, no ano de 2010, a cidade tinha 8.238 domicílios particulares permanentes. Desse total, a maioria eram casas, seguidas por apartamentos, além de casas de vila ou condomínios e habitações em cortiços. Em termos da condição de ocupação, 5.669 eram imóveis próprios (5.320 próprios já quitados e 349 em aquisição); 1.339 foram alugados; 1.175 foram cedidos (455 cedidos por empregador e 720 cedidos de outra forma) e 55 foram ocupados de outra maneira. Constatou-se, conforme Figura 28, uma redução do número de domicílios cedidos, com aumento dos próprios e alugados, pelo incremento populacional registrado na área urbana.

**Figura 3 - Percentual de moradores segundo condição de ocupação, Aimorés/MG, 1991/2010.**

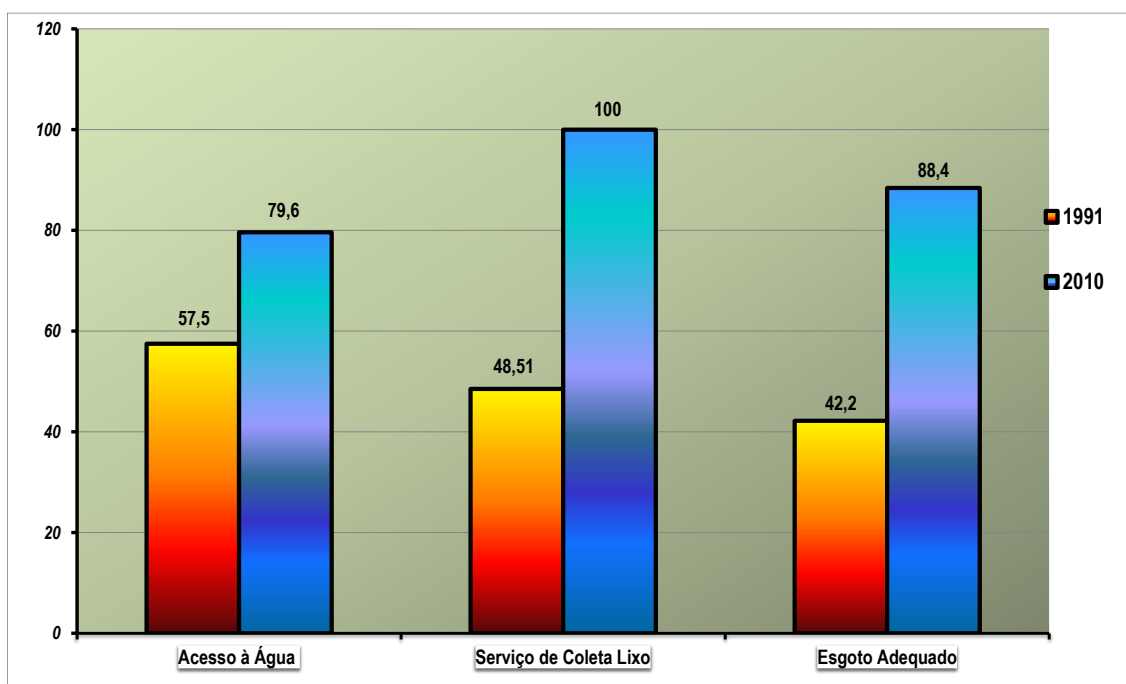


FONTE: IBGE (2010)

Não existe no município legislação específica e nem programas que disponham sobre regularização fundiária, existindo, em 2010, 509 moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares).

Informações do DataSUS (2013) mostram que 88,4% da população era atendida por sistema de esgotamento sanitário; 79,6% dos domicílios contam com rede geral de abastecimento de água; enquanto 100% das residências da área urbana dispõem do sistema de coleta e tratamento de lixo, feito por meio caminhões e dispostos em aterro sanitário, conforme dados do Índice Mineiro de Responsabilidade (FJP, 2013), expostos na Figura 29. Esse atendimento em termos de saneamento resultava, em um gasto per capita de R\$19,42 de dez/2010, por habitante.

**Figura 4 - Percentual de moradores com acesso a água, sistema de esgoto e de coleta de lixo, Aimorés/MG, 1991/2010.**



FONTE: DATASUS (2013); FJP (2013).

Além disso, 8.138 (98,8%) possuíam banheiros para uso exclusivo das residências e 8.194 (99,5%) contavam com abastecimento de energia elétrica. O serviço de abastecimento de energia elétrica do município é feito pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Segundo a empresa, no ano de 2003, havia 8.621 consumidores (sendo 6.582 consumidores residenciais), tendo sido consumidos 24.165.730 KWh de energia. A energia produzida pela Usina Hidrelétrica de Aimorés é direcionada para uma subestação, que a encaminha para o sistema elétrico brasileiro. O serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da cidade é feito pela autarquia SAAE.

Em termos do meio ambiente, o município de Aimorés possui 12,04% de cobertura vegetal por Mata Atlântica; 12,26% por flora nativa e 0,07% por reflorestamento, o que lhe confere, pelo critério ecológico da Lei Robin Hood, um valor de R\$ 237.720,01. Conta com o Conselho Municipal de Meio Ambiente em atividade, com um gasto per capita com o meio ambiente no valor de R\$ 63,81 (FJP, 2013).

Quanto à densidade habitacional, resultante da relação entre número de pessoas residentes no domicílio e número de quartos disponíveis, pôde-se constatar que 9,3% dos domicílios de Aimorés apresentavam, em 2000, uma situação de déficit (mais de 2 pessoas vivendo em um mesmo quarto). Comparando esse valor com os dados de 1991, constata-se que o déficit habitacional era mais elevado, considerando que 16,59% das

pessoas viviam em domicílios com densidade acima de 2,0 pessoas por dormitório. Dentre os municípios da microrregião de Aimorés, o município com o melhor valor era Conceição de Ipanema, com 7,10%, e o município com o pior valor era Resplendor, com de 13,28% (PNUD, 2000).

Com relação às infraestruturas comunitárias disponíveis, pode-se constatar que diferentes tipos de serviços são oferecidos à população, como: 01 Hospital, com 47 leitos e 04, clínicas; 05 Agências Bancárias (Sicoob, Bradesco, Caixa, Itaú, Brasil); 25 Escolas Fundamentais (públicas e privadas); 06 Escolas de Ensino Médio (públicas e privadas); 01 Centro Universitário (UNIPAC); 02 Bibliotecas (UNIPAC e Municipal); 01 Delegacia e 01 Polícia Militar; Telefonia fixa, móvel e rural; 02 emissoras de rádio; 01 Agência de Correio; Instituições de Atendimento a crianças/adolescentes e portadores de deficiência (CAPS e APAE), além de 02 CRAS (sendo um volante) e 01 CREAS; Equipamentos de esporte (02 Academias de rua, 04 Quadras poliesportivas e 05 Campos), praças e parques recreativos; 08 Postos de Combustíveis; 07 Empresas credenciadas em serviços mecânicos; 01 Galeria (Adami); 01 Viveiro (Instituto Terra); 03 Postos de Atendimento ao Turismo (Centro Cultural, Instituto Terra e Parque Botânico), dentre outros.

Com respeito à infraestrutura de transporte, o município conta com avenidas duplicadas e pavimentadas e diversos semáforos, visando facilitar o trânsito. Possui transporte ferroviário da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), tendo saídas diárias ligando Belo Horizonte a Vitória; Viações Intermunicipais (Gontijo, Águia Branca, Pretti, Mutum Preto, Suprema, Minastur, Rio Doce); Viações Distritais (Minastur); Linhas Internas de ônibus (Suprema), além de pontos de taxi (na rodoviária, na ferroviária e em frente ao supermercado Frizzerão) e 08 Postos de Combustível.

Duas rodovias cortam Aimorés, sendo elas a BR-474 e a BR-259, existindo um terminal rodoviário, que liga o município a várias outras cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo. Também há um pequeno aeródromo, o Aeroporto de Baixo Guandu/Aimorés, que se situa em Baixo Guandu, próximo à divisa com Aimorés, que é administrado pela prefeitura das duas cidades, estando restrito para operação de aeronaves de pequeno porte e em voo livre (WIKIPEDIA, 2013).

Em termos da assistência espiritual, a cidade de Aimorés dispõe de duas paróquias da Igreja Católica Apostólica Romana, a paróquia de Nossa Senhora do Carmo e a paróquia São Sebastião; além de diversas instituições protestantes ou reformados, como a Igreja Cristã Maranata, Igreja Luterana, a Igreja Presbiteriana, a Igreja Metodista, as igrejas batistas, as Igrejas Assembleias de Deus, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a

Igreja Mundial do Poder de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Congregação Cristã no Brasil, entre outras.

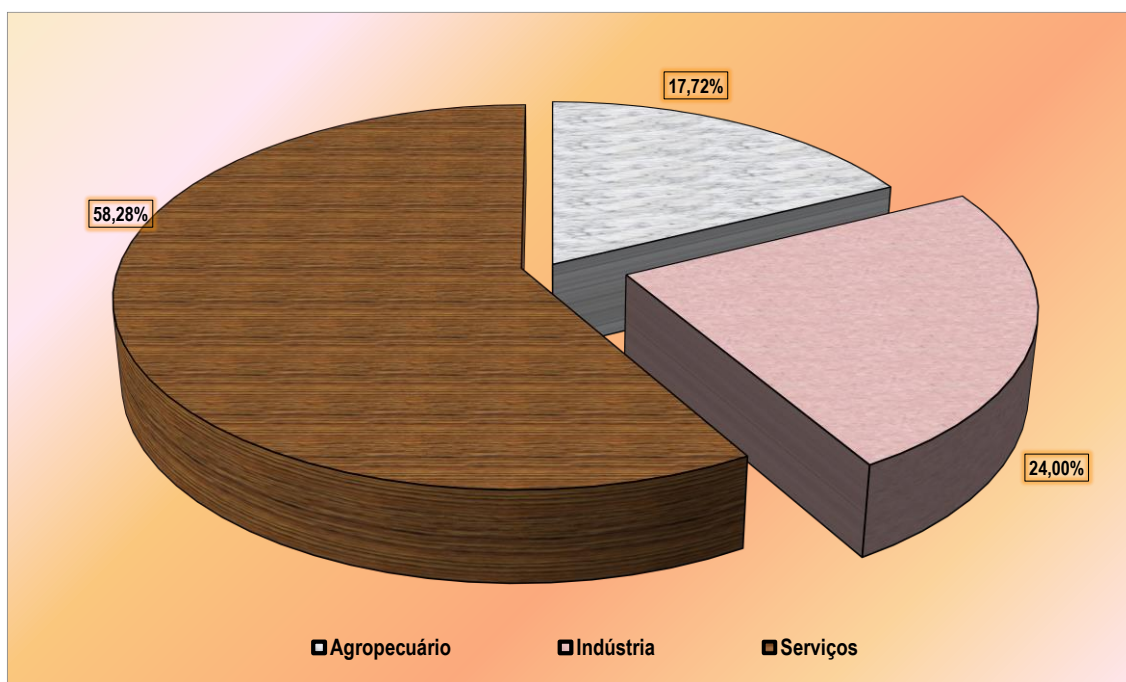
### **8.3.3 Produção, Emprego, Renda, Pobreza e Desigualdade**

Os níveis de produção do município de Aimorés foram dimensionados pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é um dos maiores de sua microrregião, destacando-se na área de prestação de serviços. De acordo com dados do IBGE (2011), o PIB do município relativo a 2010 era de R\$ 259.633 mil e o PIB *per capita* equivalente a R\$ 10.398,21

O setor terciário é o mais relevante para a economia municipal (Figura 30). Em 2010, 144059 mil reais do PIB de Aimorés eram do valor adicionado bruto do setor terciário, principalmente na área do comércio, que se fortaleceu a partir da década de 1990.

A indústria (setor secundário) representa o segundo setor mais representativo da economia do município, sendo seu valor adicionado bruto a preços correntes da ordem de 59.312 mil reais, com destaque para o setor alimentício e extração mineral, com número representativo de serrarias e cerâmicas (IBGE, 2010).

**Figura 5 - Especificação do PIB de Aimorés/MG, 2011.**



FONTE: IBGE (2011)

Por outro lado, o setor de menor peso da economia de Aimorés é o setor primário (17,72%). De todo o PIB da cidade, 56.263 mil reais é o valor adicionado bruto a preços correntes do setor primário. Segundo o IBGE (2011), em 2011, o município contava com 105.836 bovinos, 2.652 equinos, sete bubalinos, 10 asininos, 241 muares, 2.602 suínos, 763 caprinos, 732 ovinos e 26.152 aves, dentre estas 18.003 eram galos, frangas, frangos e pintinhos e 8.149 galinhas, com produção anual de 40 mil dúzias de ovos de galinha. Havia também 19.830 vacas, com as quais foram produzidos 24.589 mil litros de leite; além da produção de 700 mil quilos de mel de abelha.

Na lavoura temporária, destaca-se a produção de milho (13.500 toneladas produzidas e 3 mil hectares cultivados), arroz (4.100 toneladas produzidas e 800 hectares plantados) e cana-de-açúcar (2.668 toneladas rendidas e 55 hectares cultivados), além do feijão, da batata-doce, da mandioca, da melancia e do tomate (IBGE, 2010). Por outro lado, em termos dos cultivos permanentes, destacam-se: o café (2.891 toneladas produzidas e 2.007 hectares colhidos), o plantio de coco (1.600 toneladas produzidas e 80 hectares colhidos) e da manga (1.120 toneladas produzidas e 100 hectares colhidos), sendo cultivadas outras frutíferas, como: abacate, banana, goiaba, laranja, limão, mamão, maracujá e tangerina (IBGE, 2011).

Os dados do PIB refletem o mercado de trabalho local, existindo, no ano de 2010, 3.082 empregados no mercado formal, principalmente no setor de comércio e serviços,

seguido pelo industrial. Conforme dados do FJP (2013), a taxa de emprego no setor formal era de 19,0%, o que sugere que grande parte da população encontra-se na informalidade. O rendimento médio e per capita, em reais de dez/2010, era de 920,76 e 113,70, respectivamente (Quadro 7). Além do salário, outra fonte de renda das famílias era proveniente das transferências governamentais, no valor total de 5886,95 mil reais de dez/2010, materializadas na Bolsa Família (2.545,06), com 2.258 famílias (número somente ultrapassado pelo município de Mutum) e no Benefício de Prestação continuada (3.341,89). Salários juntamente com outras remunerações resultaram em uma renda *per capita* de R\$ 589,06.

A renda média *per capita* inferior ao salário mínimo e o fato de existirem, como relata o FJP (2013), 4.190 famílias cadastradas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família<sup>2</sup> e 532 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada<sup>3</sup> (312 deficientes e 220 idosos) sugerem que uma parcela representativa da população encontra-se em estado de pobreza.

---

<sup>2</sup> Segundo Carneiro (2005), os programas de transferência de renda com condicionalidades vêm ocupando um lugar cada vez mais destaque no âmbito das políticas de combate à pobreza. O programa Bolsa Família (PBF) instituído em 2003, transformado em Lei em 2004, regulamentado pelo Decreto n° 5209, de 17 de setembro de 2004, destina-se às famílias classificadas segundo a sua renda per capita, que traduz a sua condição de pobre (per capita de R\$ 140, 00 reais) e miserável (per capita inferior a R\$70,00 reais).

<sup>3</sup> O BPC é um benefício não contributivo de um salário mínimo mensal, concedido aos idosos (com 65 anos ou mais) e a pessoas deficientes, em situação de pobreza. Destina-se às pessoas incapazes para uma vida independente e para o trabalho, bem como naqueles casos em que a pessoa não tenha condições de se sustentar financeiramente ou ter o sustento mantido por suas famílias. Para o acesso ao benefício é necessária a comprovação de renda mensal familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo em vigência (MARQUES, 2004).

**Quadro 3 - Situação de Emprego e Renda de Aimorés/MG. 2010.**

<b>Indicadores</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valores</b>
Renda Per capita	R\$ dez/2010	589,06
Empregados do Setor Formal	Nº de pessoas	3.082
Taxa de emprego no Setor Formal	%	19,0
Rendimento Médio no Setor Formal	R\$ dez/2010	920,76
Rendimento Per capita no Setor Formal	R\$ dez/2010	113,7
Transferências Totais:	R\$ mil dez/2010	5.886,95
Bolsa Família (BF)	R\$ mil dez/2010	2.545,06
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	R\$ mil dez/2010	3.341,89

FONTE: FJP (2013)

Reconhece-se que o termo pobreza não só implica em um estado de privação material, mas também em um modo de vida. Seu caráter multidimensional reforça a necessidade de considerar de que suas causas e explicações estão vinculadas a questões históricas, sociais e culturais. A principal vantagem do uso do enfoque baseado na renda consiste na possibilidade de se identificar o universo alvo da intervenção e gerar indicadores para a construção de ações de enfrentamento da pobreza (CARNEIRO, 2005).

Nesse sentido, são considerados como pobres aqueles com renda situada abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Por outro lado, os indigentes representam um subconjunto dos pobres cuja renda não consegue atender sequer às necessidades nutricionais. “Em última instância, ser pobre significa ter renda insuficiente e não dispor dos meios para operar adequadamente o grupo social em que se vive” (ROCHA, 2003, p.10).

Segundo dados da PNUD (2000), em 2000, existiam 44,86% de pessoas pobres no município de Aimorés, superior ao percentual do Brasil, equivalente a 32,75%. Quanto ao percentual de pessoas indigentes, esse valor era da ordem de 16,24%, um pouco inferior à taxa brasileira (16,32%). Em termos da microrregião, o município de melhor situação era Resplendor (30,15% e 14,63%, respectivamente) comparativamente ao município de Alvarenga, com taxas mais elevadas de pobreza e indigência (56,57% e

27,98%, respectivamente). Em 100,0% dos municípios da Microrregião, o percentual da renda proveniente do rendimento do trabalho estava entre 76,0 e 78,0%; sendo que quase 11,0% das pessoas tinham mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais.

Estudos mostram que as transferências governamentais, principalmente por meio do Programa Bolsa Família, têm contribuído para a redução da pobreza e indigência<sup>4</sup> da população brasileira. Resultado semelhante foi observado em Aimorés, uma vez que houve uma redução da população extremamente pobre; embora, mantenha-se a concentração da renda, pois a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 61,7%, ou seja, 22 vezes superior à dos 20% mais pobres, que era de 2,8%. Em termos microrregionais, em sete municípios (53,8%), com 57,4% da população total, os 20% mais ricos apropriavam de 58,5% a 63,0% da renda, enquanto que no Brasil era 68,06% (PNUD, 2000).

Essa desigualdade social é retratada pelo Índice de Gini<sup>5</sup>, que mede a desigualdade na distribuição de renda do país, apresentando variação entre 0 e 1; sendo que quanto mais próximo de 1, maior será a desigualdade registrada para a população em análise.

Segundo dados da PNUD (2000), o Índice de Gini, nos anos de 1991 e 2000, para Aimorés foi de 0,56 e 0,57; respectivamente, inferior ao do Brasil (0,65); encontrando-se, atualmente em 0,43, o que demonstra uma redução da desigualdade social.

### **8.3.4 Acesso ao Conhecimento/Educação**

A relação que a sociedade tem com o meio ambiente sofre influências sociais, culturais e econômicas, sendo necessária uma reflexão da relação social com o meio que é construído e vivenciado. Nesse contexto, surge a educação como elemento essencial na formação de novos parâmetros de existência, conscientização, mudança de atitudes e reivindicações. O acesso e a melhoria do nível educacional da população afetam outras dimensões da sociedade, como o favorecimento do desenvolvimento cultural, a preservação ambiental e a queda na violência e na criminalidade.

---

<sup>4</sup> Com base na PNAD (2004), observa-se que 12,2% das pessoas detinham renda familiar per capita inferior a ¼ de salário mínimo, situando-se, assim, abaixo da linha de indigência, enquanto 31,6% da população detinham renda inferior a 1/2 salário mínimo per capita, estando abaixo da linha de pobreza. Retirando-se deste conjunto de rendas aquelas originárias nos Programas de Transferência de Renda, estes números crescem ligeiramente, passando, respectivamente, para 14,5% e 32,9%.

<sup>5</sup> O índice de Gini, que mede a concentração de renda, caiu 2,1%, entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, atingindo 0,5190, abaixo de seu piso histórico de 1960 (0,5367). Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada aponta que a distribuição de renda no Brasil só vai melhorar em 2016, quando o índice de Gini ficar abaixo de 0,45.

A análise do acesso ao conhecimento/educação foi baseada em indicadores propostos pela FJP (2013), que contemplam tanto a situação quanto as condições de acesso à educação, considerando o nível de escolaridade, a taxa líquida de frequência<sup>6</sup> ao fundamental, médio e superior; além da qualidade do ensino e do esforço municipal, em termos de gastos com educação.

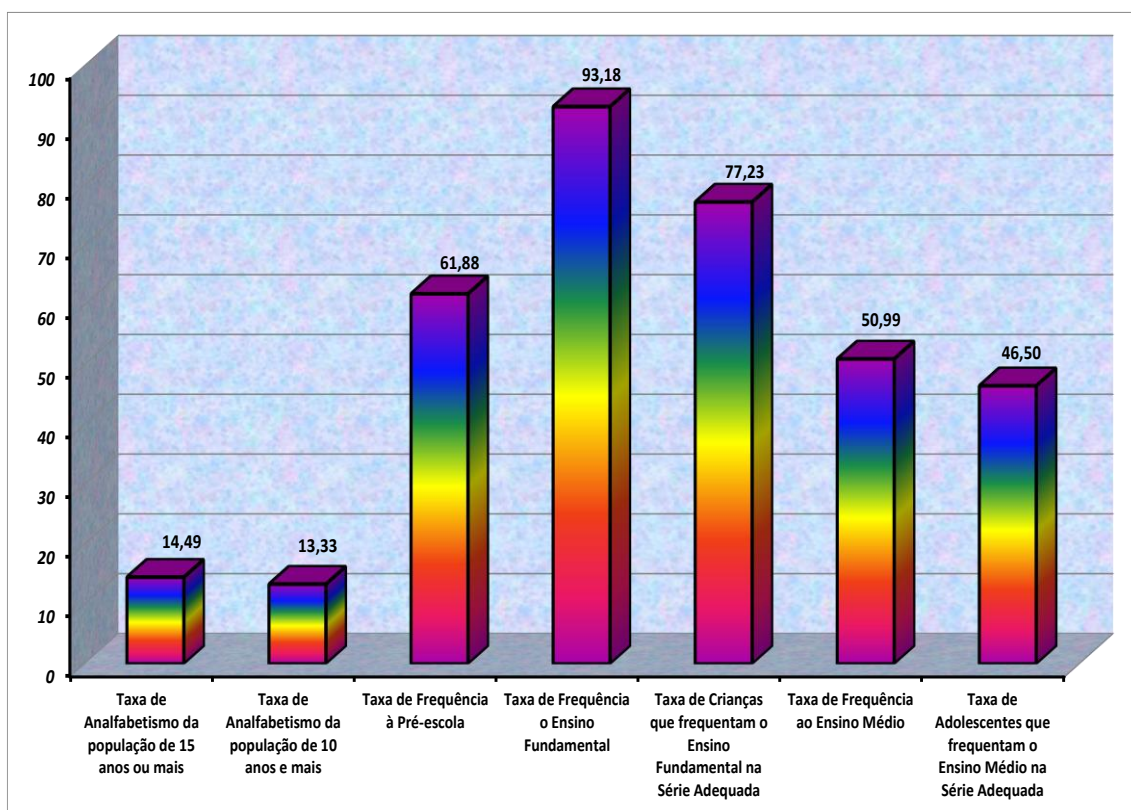
Assim, conforme dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social para o município de Aimorés/MG, apresentados na Figura 31, a taxa de frequência ao ensino básico foi mais representativa para o ensino fundamental (93,18%), comparativamente ao acesso à educação infantil (61,88%) e ao ensino médio (50,99%).

Os dados mostraram que os problemas educacionais, principalmente ao nível do ensino médio, como o fato de que 53,5% dos adolescentes que frequentam o Ensino Médio não se encontrarem nas séries adequadas e que 20,36% dos que estão matriculados têm 18 anos ou mais de idade, pelos elevados índices de repetência e de evasão escola, não é derivado da oferta de equipamentos educacionais.

---

<sup>6</sup> Segundo FJP (2013), a frequência ao ensino básico é medida pelas taxas de frequência líquida dos ensinos fundamental e médio. A taxa líquida de frequência do ensino fundamental é a razão entre a população de 6 a 14 anos de idade matriculada no ensino fundamental e a população dessa faixa etária. A taxa líquida de frequência do ensino médio é a razão entre a população de 15 a 17 anos de idade matriculada no ensino médio e a população dessa faixa etária. Ambas as taxas utilizam no numerador as matrículas obtidas dos Censos Escolares (INEP/MEC) e no numerador a população retiradas dos censos demográficos para os anos de 2000 e 2010 e estimadas no período intercensitário.

**Figura 6- Indicadores da situação da Educação, Aimorés/MG,2010.**



FONTE:FJP (2013).

Constatou-se que o município possui: 23 Escolas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); 13 Escolas que oferecem os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano); 12 Escolas que oferecem o Ensino Fundamental completo; 06 Escolas que oferecem o Ensino Médio. Além disso, conforme IBGE (2012), existem 35 docentes do ensino pré-escolar, 214 docentes do ensino fundamental e 75 docentes do ensino médio, que ministram aulas tanto em escolas estaduais, municipais e privadas (Quadro 8).

**Quadro 4 - Indicadores de Educação, em termos de Acesso, do Município de Aimorés/MG, 2010.**

<b>Indicadores</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valores</b>
Total de Escolas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Nº	23
Total de Escolas que oferecem os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)	Nº	13
Total de Escolas que oferecem o Ensino Fundamental completo	Nº	12
Total de Escolas que oferecem o Ensino Médio	Nº	6
Taxa de Matriculados no Fundamental com 15 anos ou mais de idade	%	10,67
Taxa de Matriculados no Ensino Médio com 18 anos ou mais de idade	%	20,36

FONTE: FJP (2013)

Por outro lado, o nível médio de escolaridade do município, representado pela taxa de analfabetismo, está em torno de 85,00%, considerando que o percentual da população analfabeta de 15 anos ou mais era de 14,49%, tendo Ipanema a melhor taxa de alfabetização e frequência escolar; embora Aimorés tenha a média mais elevada de anos de estudo (4,59 anos) e menor número de pessoas com menos de 4,0 anos de estudo da sua microrregião, conforme dados da PNUD (2000), apresentados no Quadro 9.

**Quadro 5 - Nível Educacional na Microrregião de Aimorés, por faixa etária, 2000.**

Pessoas/Faixa Etária/Nível	Brasil (%)	Microrregião de Aimorés			
		Melhor Valor		Pior Valor	
		Município	%	Município	%
<b><u>I. Pessoas Analfabetas</u></b>					
– Pessoas de 15 anos ou mais	12,94	Ipanema	19,06	Goiabeira	27,60
– Adolescentes de 15 a 17 anos	4,0	Pocrane	0,40	Conselheiro Pena	3,79
– Pessoas de 18 a 24 anos	5,68	Resplendor	2,71	Alvarenga	10,05
– Pessoas de 25 anos ou mais	16,04	Aimorés	22,54	Goiabeira	36,96
<b><u>II. Pessoas com Menos de 4 anos de estudo</u></b>					
– Pessoas de 15 anos ou mais	28,30	Aimorés	35,54	Santa Rita do Itueto	48,63
– Adolescentes de 15 a 17 anos	16,38	Pocrane	7,10	Cuparaque	15,70
– Pessoas de 18 a 24 anos	16,03	Aimorés	12,22	Alvarenga	26,91
– Pessoas de 25 anos ou mais	33,02	Aimorés	44,11	Santa Rita do Itueto	60,47
<b><u>III. Frequência Escolar</u></b>					
– Crianças de 7 a 14 anos frequentando Ensino Fundamental	89,81	Ipanema	92,68	Resplendor	80,96
– Adolescentes de 15 a 17 anos frequentando Ensino Médio	34,53	Resplendor	44,35	Alvarenga	17,58
– Pessoas de 25 anos ou mais frequentando o Curso Superior	1,45	Goiabeira	0,79	Alvarenga	0,03
<b><u>IV. Taxa Bruta de Frequência Escolar</u></b>	81,89	Ipanema	75,21	Mutum	61,55
<b><u>V. Taxa de Alfabetização</u></b>	86,37	Ipanema	80,94	Goiabeira	72,40
<b><u>VI. Média de Anos de Estudo</u></b>	5,87	Aimorés	4,59	Santa Rita do Itueto	2,95

FONTE: PNUD (2000)

Nos últimos anos, têm ocorrido avanços significativos em termos de acesso e rendimento escolar de crianças e jovens no Brasil, principalmente na educação básica, em função do aumentando dos investimentos. O reajuste foi de 19,12% em relação a 2011

(R\$ 114,3 bilhões em 2012), com incremento de 21,2% no valor mínimo investido por aluno (ODM, 2013). No caso específico do município de Aimorés, o gasto per capita em educação foi um dos mais elevados (R\$ 247,13), representando 16,0% do orçamento público.

Esses investimentos têm melhorado o desempenho dos alunos, dimensionado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo governo federal, para medir a cada dois anos a qualidade das escolas. O objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6,0, em 2022 (ODM, 2013).

O IDEB é um indicador de qualidade educacional, uma vez que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

O Quadro 10 apresenta os resultados do IDEB de Aimorés, no período de 2005 a 2011, onde se constata que o índice médio, no ano de 2011, foi mais elevado entre as escolas da rede estadual, principalmente no 5º ano (antiga 4ª série), cuja nota foi 5,7 (numa escala de avaliação que vai de nota 1 a 10). Por outro lado, a nota obtida por alunos do 9º ano (antiga 8ª série), equivalente a 4,0, foi mais elevado nas escolas da rede municipal (IDEB, 2013).

Assim, é possível observar um importante crescimento na qualidade do ensino nas séries iniciais do ensino fundamental, um incremento médio de 36,15%, no período de 2005 a 2011. A nota de 5,7 dos alunos da 4º série/ 5º ano da rede estadual ultrapassou a meta estabelecida pelo governo para 2011 (5,2) e já alcançou a meta para 2015.

**Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica de Aimorés/MG, 2005 A 2011.**

IDEB	ANOS			
	2005	2007	2009	2011
<b>Rede Municipal</b>				
– 4º série/ 5º ano	3,6	4,0	5,1	4,8
– 8º série/ 9º ano	3,5	3,5	3,5	4,0
<b>Rede Estadual</b>				
– 4º série/ 5º ano	4,1	4,4	5,6	5,7
– 8º série/ 9º ano	2,9	3,4	3,9	3,7

FONTE: IDEB (2013)

Esse resultado de melhoria educacional, como destaca DRZ (2012), influencia na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, o que pode ajudar aos gestores municipais a manterem a cidade mais limpa, com controle mais fácil das endemias, maior receptividade dos programas de coleta seletiva, com influências sobre o aumento da vida útil das áreas de disposição final dos resíduos sólidos.

### **8.3.5 Situação e Indicadores de Saúde**

A Organização Mundial da Saúde estabelece que o gozo do melhor estado de saúde é um direito fundamental de todos os seres humanos e que saúde é o estado de completo de bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças.

Segundo Guimarães et al. (2007), a maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma das doenças que mais aflige a humanidade, já que causa 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento.

Dados da OMS, citados por Trata Brasil (2012), sobre os impactos negativos da falta de adequação do esgotamento sanitário sobre a saúde da população mostram que 88% das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado.

Destas mortes, aproximadamente 84% são de crianças, sendo a segunda maior causa de mortes em crianças menores de 5 anos de idade. Estima-se que 1,5 milhões de

crianças nesta idade morram a cada ano vítimas de doenças diarreicas, sobretudo em países em desenvolvimento.

Para análise da situação de saúde local considerou-se o estado de saúde da população, acesso e utilização dos serviços de saúde e esforço da gestão pública. Mais especificamente, como proposto pela FJP (2013), foram considerados os seguintes indicadores: Total de Nascidos Vivos; Proporção de nascidos vivos, cujas mães realizaram 7,0 ou mais consultas de pré-natal; Cobertura vacinal de tetravalente em menores de um ano; Cobertura populacional do Programa de Saúde da Família (PSF); Proporção de óbitos por causas mal definidas; Taxa bruta de mortalidade, que expressa a frequência anual de mortes, por município de residência; Mortalidade até 1 ano e 5 anos; Principais doenças causadoras da morte; Proporção de internações por doenças associadas ao saneamento ambiental inadequado; Proporção de doenças de veiculação hídrica; Existência de Conselho Municipal de Saúde e Gastos Per Capita com atividades de saúde.

Os dados apresentados no Quadro 11 mostram que a taxa bruta de mortalidade a cada mil habitantes foi de 5,15, tendo sido notificados 21,11% de óbitos por causas mal definidas (FJP, 2013).

A proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado foi de 5,05%, enquanto que por veiculação hídrica foi de 5,71%. Do total das internações para parto de pacientes do SUS, 4,68% eram encaminhados para outros municípios, sugerindo limitações na capacidade de atendimento, principalmente pela alta demanda pelo serviço público (96,76% da população era atendida pelo PSF), uma vez que apenas 7,52% da população tinha cobertura por Plano de Saúde; existindo, conforme PNUD (2000), apenas 0,36 médicos por mil habitantes e 0,16% de enfermeiros com curso superior.

**Quadro 7 - Indicadores de Saúde do Município de Aimorés/MG, 2010.**

<b>Indicadores</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valores</b>
Taxa Bruta de Mortalidade Padronizada	Mil/hab.	5,15
Proporção da População Atendida pelo PSF	%	96,76
Proporção das internações para o parto de pacientes do SUS encaminhados para outros municípios	%	4,68
Proporção de Óbitos por causas mal definidas	%	21,11
Proporção de Internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	%	5,05
Proporção de Internações por doenças de veiculação hídrica	%	5,71

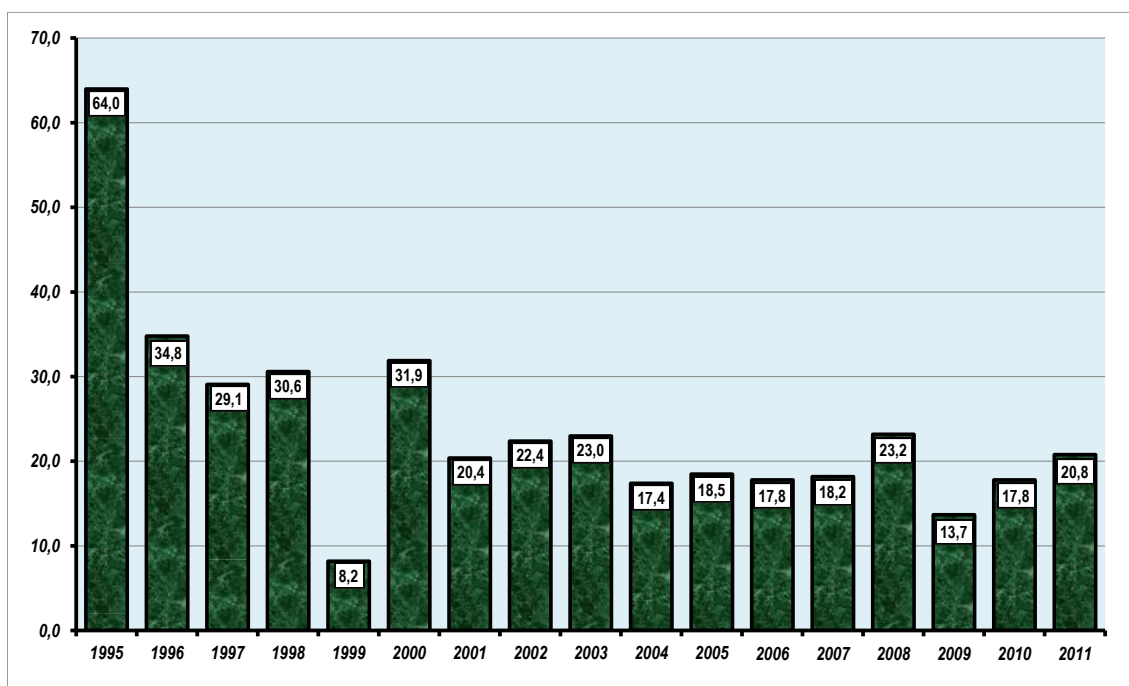
FONTE: FJP (2013)

Em 2010, foram registrados 338 nascidos, sendo que o índice de mortalidade infantil a cada mil crianças menores de cinco anos de idade apresentou uma tendência de queda (Figura 32), passando de 64,0 para 20,8, no período de 1995/2011 (BRASIL,2013).

Esse comportamento é semelhante à realidade brasileira, considerando que o Brasil apresentou queda de 65% entre 1990 e 2010. O número de óbitos por mil nascidos vivos passou de 53,7 para 19 óbitos (ODM, 2013).

Os indicadores demonstram que tanto as taxas de mortalidade na infância (menores de 5 anos) e infantil (menores de 1 ano) apresentaram forte queda entre 1990 e 2010. Segundo ODM (2013), a taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano), concentrada nos primeiros meses de vida, no período neonatal precoce (0 a 6 dias) e neonatal tardio (7 a 27 dias), passou de 29,7, em 2000, para 15,6, em 2010. Essa taxa é menor que a meta prevista para 2015, de 15,7 por mil nascidos vivos.

**Figura 7 -Taxa de mortalidade de menores de 5 anos, Aimorés/MG, 1995/2011.**



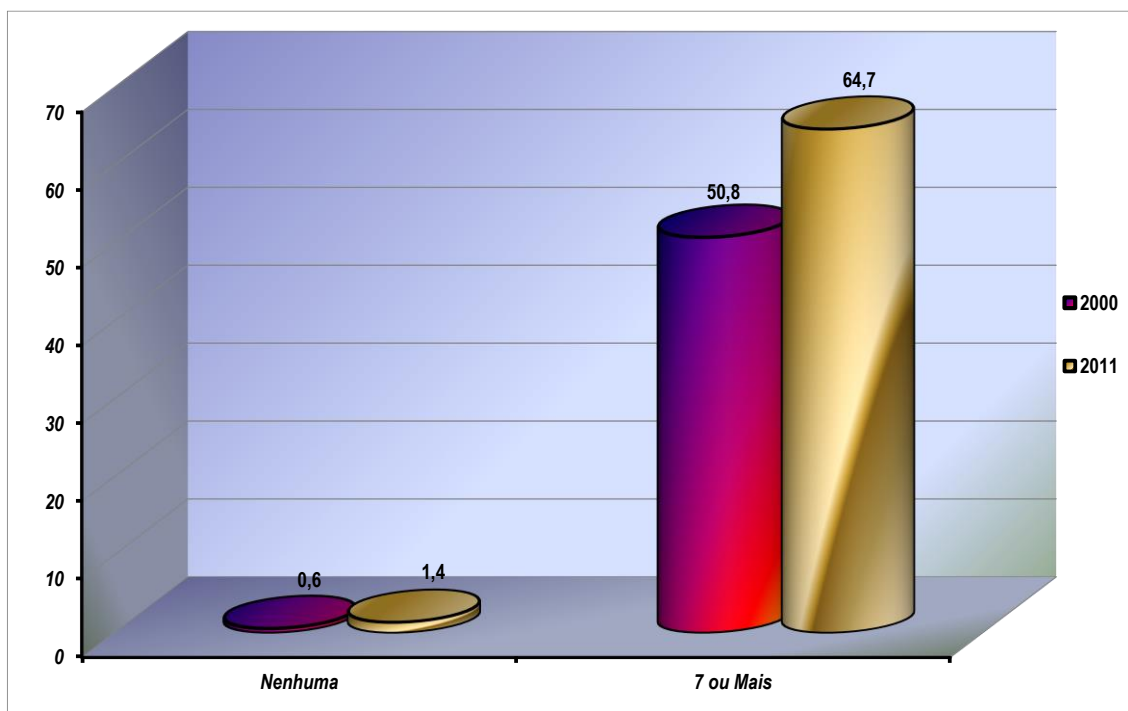
FONTE:DATASUS (2013).

Na Microrregião de Aimorés, no ano de 2000, em 07 municípios (53,8%), a mortalidade infantil até 1 ano predominou entre 22,5 e 30,0 por cada mil nascidos vivos, situando-se Aimorés em 22,16, com Brasil em 30,57 (PNUD, 2000).

Uma maior redução da mortalidade infantil depende tanto do acompanhamento pré-natal quanto da cobertura da vacinação, dentre outros fatores. Em 2011, no município de Aimorés, as gestantes com 7,0 ou mais consultas foram 64,7%. Por outro lado, a proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2011, neste município, foi de 1,4% (Figura 33), enquanto que no Brasil foi de 1,8%.

O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez. Quanto maior o número de consultas pré-natais, maior a segurança da gestação e parto; prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê (DATASUS, 2013).

**Figura 8 - Percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais, Aimorés/MG, 2011.**



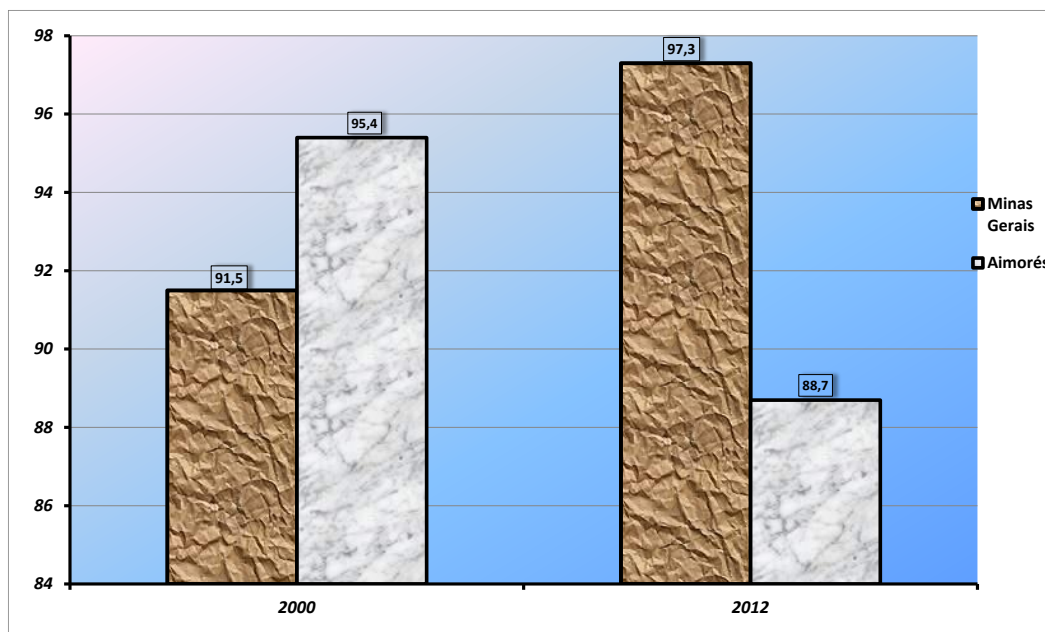
FONTE: DATASUS (2013)

Outra ação importante para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infectocontagiosas. No município de Aimorés, em 2012, 88,7% das crianças menores de 1,0 ano estavam com a carteira de vacinação em dia (Figura 34), valor inferior ao da realidade brasileira (97,3%, em 2012) e do ano de 2000 (95,4%).

Por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), a cobertura da vacina tetravalente, que protege crianças contra difteria, coqueluche, tétano e infecções respiratórias, em crianças menores de um ano, foi de 100,0%, demonstrando uma ação efetiva de promoção integral da saúde das crianças, em regime de cooperação entre governos e sociedade.

Segundo a FJP (2013), os gastos per capita das atividades de saúde foram de R\$182,55 (R\$ de dez/2010/hab.), cuja destinação estava sob a gestão do Conselho Municipal de Saúde. Essas atividades de saúde, dentre outros fatores, contribuíram para um incremento da probabilidade de sobrevivência até 60 anos e, portanto, um aumento da esperança de vida ao nascer, que passou de 63,92 anos, em 1991, para 72,29 anos, em 2000 (PNUD, 2000).

**Figura 9 - Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia, Aimorés/MG, 2000/2012.**



FONTE: DATASUS (2013)

### 8.3.6 Vulnerabilidade e Assistência Social

A Vulnerabilidade Social representa o volume adicional necessário para que os indivíduos/famílias possam satisfazer suas necessidades básicas. Para tanto, para identificar a situação de vulnerabilidade social do município de Aimorés, foi feito uso dos critérios propostos pela PNUD (2000), que foram: Percentual de pessoas pobres e indigentes; Nível da renda per capita; Presença de crianças em Famílias Pobres (renda inferior a 0,5 S.M.) e Indigentes (renda inferior a ¼ do S.M.); Presença de crianças fora da escola, Famílias Monoparentais (sem cônjuge e com filhos menores de 5 anos); Ocorrência da gravidez precoce (Adolescentes de 15 a 17 anos com filhos) e do Trabalho Precoce (Crianças de 10 a 14 anos trabalhando), Pessoas idosas morando sozinha; além de moradia com serviço de infraestruturas inadequadas (domicílios com densidade maior que 2,0).

Os resultados apresentados no Quadro 12 mostram que os critérios de maior vulnerabilidade social estão associados ao estado de pobreza, principalmente à presença de Famílias Pobres (renda inferior a 0,5 S.M.), com crianças (62,79%), no ano de 2000. O percentual expressivo de pessoas abaixo da linha da pobreza (44,86%), resultante de uma baixa renda per capita conduziu a que houvesse um percentual expressivo de crianças e adolescentes fora da escola, principalmente entre adolescentes (33,28%), valor que era superior à realidade do Brasil (22,29%); bem como de trabalho precoce (9,82%), valor superior ao da média brasileira (6,0%).

**Quadro 8 - Indicadores de Vulnerabilidade Social das Famílias de Aimorés/MG, 1991/2000.**

Indicadores	Unid.	Valores	
		1991	2000
Pessoas Pobres	%	55,74	44,86
Pessoas Indigentes	%	24,44	16,24
Renda per Capita	R\$	123,58	179,09
Crianças em Famílias Pobres (renda inferior a 0,5 S.M.)	%	71,52	62,79
Crianças em Famílias Indigentes (renda inferior a ¼ do S.M.)	%	35,74	28,88
Crianças de 10 a 14 anos trabalhando	%	15,49	9,82
Pessoas que vivem em domicílios com densidade maior que 2,0	%	16,59	9,30
Famílias sem cônjuge e com filhos menores de 5 anos	%	7,20	2,93
Pessoas Idosas morando sozinha	%	13,23	15,12
Mulheres de 15 a 17 anos com filhos	%	5,32	4,26
Crianças de 7 a 14 anos fora da escola	%	20,03	5,83
Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	%	59,34	33,28

FONTE: PNUD (2000)

Outros fatores também relevantes para a situação de vulnerabilidade social das unidades familiares de Aimorés/MG estão associados, não somente com o reduzido rendimento per capita (R\$ 179,09)<sup>7</sup>, mas também com a presença de pessoas idosas morando sozinhas (15,12%); com situações de chefia feminina, com crianças residindo no domicílio (2,93%); com a ocorrência do déficit habitacional (9,3%); e com o fenômeno da gravidez precoce (4,26%).

Em função desses resultados, pode-se afirmar que a vulnerabilidade social das

<sup>7</sup> A renda domiciliar per capita está em um patamar muito inferior à média do estado de Minas Gerais (R\$ 276) e do Brasil (R\$ 297). Ou seja, as famílias de Aimorés são, em média, mais pobres que as famílias do estado de Minas Gerais e do Brasil (AGÊNCIA 21, 2007).

famílias de Aimorés está associada à situação de pobreza, em uma perspectiva multidimensional, o que exige ações de assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social, lançada em 2004, trouxe uma reorientação do processo de efetivação da política, como a introdução do Sistema Único de Assistência Social- SUAS<sup>8</sup>, que, conforme FJP (2013), disciplinou a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social e suas múltiplas funções, como: implantação e manutenção dos serviços socioassistenciais; organização e articulação da rede de atenção, de proteção e de garantias de direitos de famílias e grupos vulneráveis; realização e atualização do Cadastro Único; fiscalização e o registro de informações sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família, dentre outros.

Baseando-se na FJP (2013), os critérios utilizados para captar a implementação e a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social, no âmbito municipal, foram: a) a situação, em termos dos benefícios e serviços existentes no município, o que inclui as transferências monetárias da União às famílias pobres via Programa Bolsa Família e demais equipamentos municipais da proteção social básica, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS<sup>9</sup>) e; b) o processo de gestão da política e esforços para seu aprimoramento.

A Assistência Social no município de Aimorés conta com 29 funcionários, sendo 04 assistentes sociais. O processo de gestão do SUS foi avaliado como tendo 85,3% de adequação, em função do porte e do número da famílias. O total de famílias com perfil Cadastro Único foram 4.190; porém só foram beneficiadas 2.259, ou seja, 53,9% do total de famílias vulneráveis. Para o atendimento dessas famílias existem 02 CRAS (sendo um volante) e 01 CREAS.

Em termos da avaliação do CRAS e do Conselho Municipal de Assistência Social, as notas foram: 7,0, dentro do score de 1,0 a 10,0 do Índice de Desenvolvimento do CRAS; e 6,0, que é a nota máxima na avaliação da atuação do sistema de gestão e controle social.

---

<sup>8</sup> O SUAS representa uma nova arquitetura organizacional e de gestão da assistência social, lastreada na descentralização, no co-financiamento pelos três entes federados e na participação e controle sociais. Na área da assistência, a União, a partir de processos de negociação com os estados e os municípios, estabelece a estratégia geral de implantação, traduzidas nas principais diretrizes, metas e critérios de co-financiamento. Contudo, compete aos municípios a organização e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, no âmbito local, que irão concretizar as funções da Assistência Social (FJP, 2013).

<sup>9</sup> O CRAS, responsável pela oferta da proteção social básica poderá ofertar os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Por outro lado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS destina-se à oferta da proteção social especial de média e alta complexidade. .

Os dois programas sociais mais abrangentes do município são o Programa Bolsa Família (PBF), que possui um Conselho Gestor, atendendo 2.258,9 famílias, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende 532 pessoas (312 deficientes e 220 idosos). As transferências monetárias por família via PBF é de R\$ 93,89; enquanto que o valor por beneficiário do BPC é de R\$ 523,40 (FJP, 2013).

O índice de atendimento dos condicionantes do PBF, no que concerne à Educação, obteve a pontuação 0,94, no intervalo de 0,0 a 1,0; enquanto que o índice de acompanhamento da Agenda Saúde das Famílias foi de 0,69, indicando maior cumprimento das questões educacionais.

O Município também conta também com outras redes de apoio à Assistência Social, como o Conselho de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Conselho Tutelar, dentre outras.

### **8.3.7 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH<sup>10</sup>) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. A construção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é relevante ao permitir que diferenças nos indicadores possam subsidiar a gestão pública.

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Aimorés é considerado médio (IDH entre 0,5 e 0,8); pois seu valor foi de 0,429, em 1991, de 0,593, em 2000, crescendo 15,34%, ao passar de 0,593 para 0,684, em 2010, no período de 2000-2010.

Em relação aos outros municípios do Brasil, em 2010, Aimorés apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2.332<sup>a</sup> posição. Com respeito aos outros municípios do Estado, Aimorés apresenta uma situação intermediária: ocupa a 412<sup>a</sup> posição, sendo que 411 municípios (48,2%) estão em situação melhor e 441 municípios (51,8%) estão em situação pior ou igual.

No que concerne à Microrregião, o Quadro 13 mostra que Aimorés ocupa a 2<sup>a</sup>

---

<sup>10</sup> É um índice que mede o bem-estar de uma população, através do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, que gera informações para os 5507 municípios brasileiros e as 27 unidades da Federação, por meio dos seguintes índices: IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), cuja média aritmética simples resulta no IDH-M, que varia de 0 a 1, sendo 1 a posição correspondente aos melhores valores. Foi elaborado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com a Fundação João Pinheiro (FJP, 2013).

posição, sendo ultrapassado apenas por Conselheiro Pena (0,734).

Todos os municípios da Microrregião de Aimorés tinham um índice médio de desenvolvimento humano, cujo crescimento, no período de 1991/2000, foi de 17,5%, que foi superior ao de Minas Gerais, da ordem de 10,9%. Os valores limites do crescimento do IDH ficaram entre os municípios de Alvarenga (11,54%) e Taparuba.

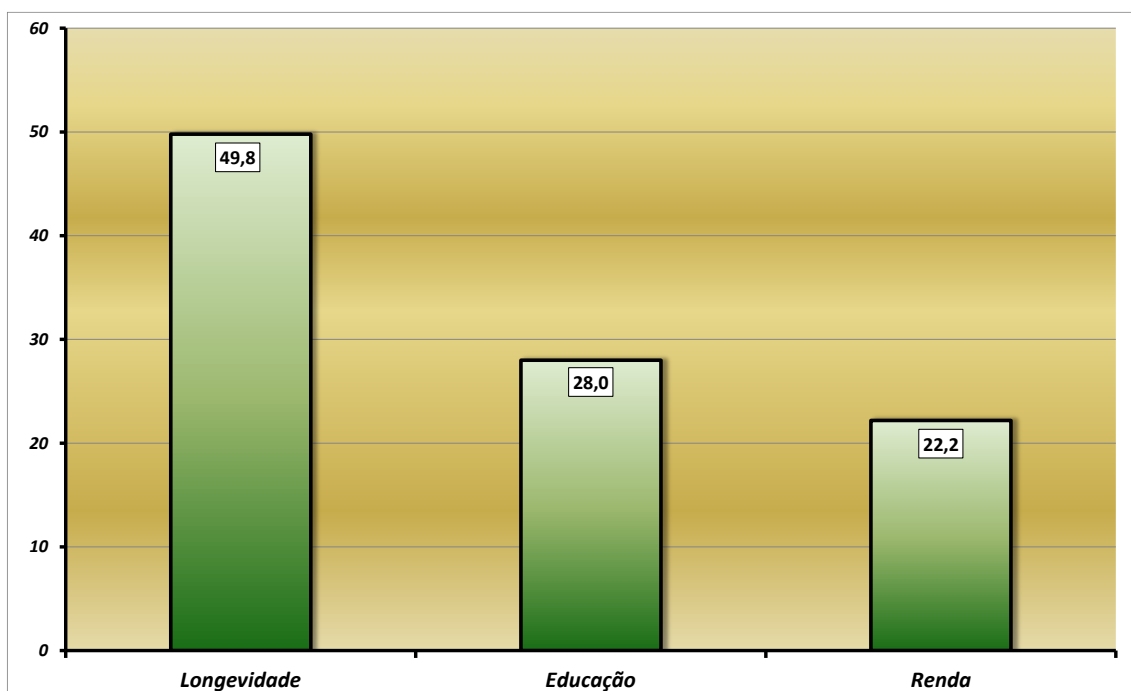
**Quadro 9 - Índice de Desenvolvimento Humano da Microrregião de Aimorés/MG, 1991/2000.**

Município	IDH-M		Educação (IDHM-E)		Longevidade (IDHM-L)		Renda (IDHM-R)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Aimorés	0,638	0,731	0,689	0,767	0,649	0,788	0,577	0,639
Alvarenga	0,589	0,657	0,630	0,719	0,649	0,688	0,489	0,565
Conceição de Ipanema	0,598	0,704	0,616	0,741	0,649	0,750	0,530	0,620
Conselheiro Pena	0,621	0,734	0,659	0,774	0,649	0,765	0,555	0,664
Cuparaque	0,605	0,710	0,580	0,727	0,701	0,799	0,535	0,604
Goiabeira	0,553	0,670	0,571	0,731	0,592	0,688	0,496	0,591
Ipanema	0,615	0,724	0,665	0,790	0,618	0,750	0,562	0,633
Itueta	0,612	0,704	0,668	0,756	0,649	0,741	0,518	0,616
Mutum	0,585	0,712	0,611	0,719	0,640	0,750	0,505	0,668
Pocrane	0,603	0,690	0,631	0,733	0,698	0,741	0,479	0,597
Resplendor	0,647	0,730	0,663	0,785	0,709	0,750	0,570	0,656
Santa Rita do Itueto	0,569	0,691	0,573	0,719	0,649	0,750	0,486	0,603
Taparuba	0,568	0,700	0,595	0,756	0,606	0,750	0,503	0,593
<b>Minas Gerais</b>	<b>0,697</b>	<b>0,773</b>	<b>0,751</b>	<b>0,850</b>	<b>0,689</b>	<b>0,759</b>	<b>0,652</b>	<b>0,711</b>

FONTE: PNUD (2000)

A dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDH do município de Aimorés foi a Longevidade, com 49,8%, seguida pela Educação, com 28,0% e pela Renda, com 22,2% (Figura 35). Com respeito a todos os municípios da microrregião, a dimensão de maior peso foi a educação (53,8%), sendo sua contribuição média equivalente a 38,8%.

**Figura 10 - Dimensões do IDH e suas contribuições, Aimorés, MG, 2000.**



FONTE: PNUD (2000)

No período de 1991/2000, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja,  $1 - \text{IDH}$ ) do município de Aimorés reduziu em 25,7%; enquanto que, para a microrregião como um todo, a redução média foi de 26%.

Se o IDH-M de Aimorés mantivesse a mesma taxa de crescimento, o município levaria 14,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), que possui o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 8,9 anos para alcançar Poços de Caldas (MG), o município com o melhor IDH-M do Estado de Minas Gerais (0,841).

### **8.3.8 Estado da Cultura, Esporte, Turismo e Lazer**

Numa concepção mais ampla, cultura é toda e qualquer manifestação humana e suas interconexões com o ambiente. Essa visão está presente na Constituição de 1988, que reconhece como patrimônio cultural brasileiro, além das edificações, obras, objetos e documentos, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, bem como as criações, científicas, artísticas e tecnológicas.

O dimensionamento da cultura local baseou-se em duas dimensões utilizadas pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social (FJP, 2013), que são: o aparato institucional e o “estado” da cultura, em termos da existência de equipamentos culturais (museu, teatro, cinema, centros culturais, bibliotecas, casa da cultura, bandas de música, dentre outros),

além da responsabilidade da municipalidade com o setor cultural, considerando os gastos per capita em cultura.

O município de Aimorés dispõe de diversos equipamentos culturais, como: o museu (reformado em 2009 pela prefeitura, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), teatro, cinema, centros culturais, banda de música, bibliotecas e de pluralidade de equipamentos (exceto biblioteca). Não existe o Conselho Municipal de Cultura, mas o município conta com o Conselho de Patrimônio Cultural.

O equipamento cultural mais utilizado no Município é a biblioteca (32%); enquanto o Museu Arqueológico Municipal, embora reconhecido como importante ativo local, é pouco frequentado (11%). A biblioteca e o museu integram o Centro Social de Aimorés, que abriga ainda uma loja de artesanato e dispõe de atividades para a juventude e a terceira idade.

Destacam-se também no Município as festas e os eventos culturais, tais como o Festival da Canção, o evento Artistas na Praça, a Feira Cultural, bem como diversos grupos artísticos de teatro (Liberdade e Cultura, Escola Crescer) e de capoeira, o Grupo da Terceira Idade e da Associação de Bandas (ASBAN), a Filarmônica Municipal e alguns grupos musicais: Trio Forró na Veia, Forró Pé de Fogo, Créu e Seus Teclados e Forró Cangaia (AGÊNCIA 21).

O referido estudo também relata sobre o patrimônio cultural, afirmando que, apesar do patrimônio guardar viva a memória do Município e ser de inegável valor histórico e cultural, ainda é subestimado. É certo que a cidade se renovou, surgindo assim construções mais modernas e contemporâneas. Porém, prédios como o do Fórum, da Igreja da Matriz, o da Prefeitura, e mesmo algumas residências, são exemplos da história e da formação do município de Aimorés. Para ajudar na preservação do patrimônio histórico de Aimorés, a Usina de Aimorés apoiou a reforma da Matriz Nossa Senhora do Carmo.

Pesquisa realizada junto a 182 moradores de Aimorés pela Agência 21 (2007) mostrou que 21% dos entrevistados apontaram como um dos principais problemas do Município a falta de opções de lazer, esportes e eventos culturais. A falta de praças, parques e jardins foi assinalada por 17% dos entrevistados.

Com relação aos equipamentos de esporte e lazer, sobressai a utilização expressiva de quadra poliesportiva e das praças, sobretudo no centro da cidade, além dos três clubes sociais (Lorena, AABB e Ferroviários), piscinas e ginásios.

De acordo com a pesquisa feita pelo SEBRAE (2005, apud AGÊNCIA 21, 2007),

Aimorés conta com quatro campos de futebol de maior porte: Ferroviários, Estádio do Comercial, Campo do Botafogo e Ginásio Poliesportivo. Entre os entraves apontados para o desenvolvimento do esporte no Município está a falta de apoio às iniciativas populares, a falta de praças esportivas nos bairros e distritos e a falta de programas de jogos estudantis.

Para estimular o desenvolvimento socioeconômico local, a Prefeitura de Aimorés tem investido no artesanato local, que é também uma das formas mais espontâneas da expressão cultural aimoreense. No município existem associações que reúnem artesãos da região, disponibilizando espaço para confecção, exposição e venda dos produtos artesanais.

Segundo o IBGE, citado por Agenda 21 (2007), as principais atividades artesanais desenvolvidas em Aimorés são: o bordado, trabalhos com frutas e sementes extraídas da natureza e esculturas de argila.

Entretanto, apesar da expressão cultural existente no Município, na percepção dos moradores locais, a situação atual não é a ideal, pela falta de apoio aos grupos culturais, carência de espaços de lazer, de um cinema mais acessível, bem como de uma programação cultural, são apontados como principais entraves para o resgate e o fortalecimento da cultura e turismo local.

O turismo está entre as atividades econômicas de maior crescimento nas últimas décadas. Segundo Agência 21 (2007), o aumento da atividade turística produz um efeito multiplicador positivo na demanda e na oferta local, estimando-se que para cada R\$ 1 gasto por um turista, aproximadamente R\$ 3 circulam na economia local.

Aimorés tem alguns ativos turísticos, com destaque para o lago da Usina Hidrelétrica, que pode ser uma alternativa ao turismo familiar e esportivo (esportes aquáticos e pesca); o Parque Estadual Sete Salões, com suas cavernas, nascentes d'água e formações de quartzito e pinturas rupestres; o Instituto Terra. Na UHE destaca-se outro ponto turístico, o Parque Botânico, pois, além de preservar a fauna e flora local, é aberto diariamente ao público e conta com auditório, teatro de arena, espaço cultural, centro de educação ambiental, com realização de palestras, exposições e atividades ecológicas.

Vários agrupamentos rochosos também são alguns dos principais atrativos, tais como a pedra Bonita, a pedra da Fundanga, a pedra da Onça e a pedra Lorena, sendo esta última propícia para escaladas e saltos (Figura 36)

**Figura 11 - Dimensões do IDH e suas contribuições, Aimorés, MG, 2000.**

**Visão da Pedra Lorena, Aimorés, Minas Gerais.**



Fonte: Fundação Educacional de Caratinga, 2013

Apesar da cultura, assim como o turismo/esporte/ lazer, sejam bens sociais de direito dos cidadãos, os gastos per capita, no valor de R\$ 13,44 e R \$2,39, especialmente com a Difusão Cultural e Esporte/Lazer, foram ínfimos, situando-se em 0,9% e 0,2% dos gastos públicos de dez/2010, respectivamente.

### **8.3.9 Dimensionamento da Segurança Pública**

A preocupação com a segurança pública vem-se tornando um dos pontos mais debatidos nas discussões sobre qualidade de vida, uma vez que o crescimento da violência no Brasil é nítido e requer muita atenção.

Baseando-se em FJP (2013). Os indicadores de segurança pública envolveram três dimensões: Criminalidade, que contempla os crimes violentos contra a pessoa e contra o patrimônio, as mortes por homicídio, que contemplam os crimes violentos contra a pessoa; crimes violentos contra o patrimônio; Recursos humanos e institucionais, no qual são contempladas informações sobre habitantes por policiais civis e militares; Esforço de gestão, com informações sobre gasto per capita em segurança pública. .

Em 2010, a taxa de homicídios no município de Aimorés foi de 28,05 para cada 100 mil habitantes, enquanto que a taxa de crimes violentos foi bem mais elevada, em torno de 120/cem mil habitantes (Quadro 14) Já em relação aos Crimes Contra Patrimônio e Crimes Violentos Contra, as taxas foram 68,11 e 52,09, respectivamente, para cada 100 mil habitantes (FJP, 2013).

#### **Quadro 10 - Indicadores de Segurança Pública, do Município de Aimorés, 2010.**

<b>Indicadores</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valores</b>
--------------------	----------------	----------------

Taxa de Crimes Violentos	Nº/cem mil habit.	120,20
Taxa de Homicídios	Nº/cem mil habit.	28,05
Homicídios	Nº	7,00
Taxa de Crimes Contra Patrimônio	Nº/cem mil habit.	68,11
Taxa de Crimes Violentos Contra a Pessoa	Nº/cem mil habit.	52,09
Policiais Militares	Nº	46,00
Habitantes por Policial Militar	Nº	542,59
Taxa de Armas Apreendidas	Nº/cem mil habit.	212,35
Taxa de Sentenciamento	%	82,66

FONTE: FJP (2013)

O município não possui Unidade Prisional, somente a Delegacia de Polícia Civil, com capacidade para 900 pessoas, sendo a taxa de ocupação equivalente a 107,22%. Conta também com uma Unidade Policial Militar (6º BPM), com 46 policiais militares, com capacidade de atendimento de 524 habitantes por Policial Militar (FJP, 2013).

Além disso, não existe Conselho de Segurança Pública, somente Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes; sendo a taxa de sentenciamento de 82,66% e foram apreendidas 212 armas, para cada 100 mil habitantes. Os gastos per capita com o setor de segurança pública envolveram 0,3% do orçamento público, equivalente a R\$ 4,92 por habitante (FJP, 2013).

Segundo, pesquisa realizada por Agência 21 (2007), ainda que o grau de violência local seja considerado baixo (42%) e que a maior parte da população local se sinta segura (62%), há uma preocupação com o incremento do tráfico de drogas, do roubo e desmanche de bicicletas; considerando ser necessária a implantação de um centro de recuperação de presos.

### **8.3.10 Situação das Finanças Públicas e o Índice de Responsabilidade Social**

A situação das finanças públicas, examinada pelos critérios da economicidade e eficiência, contemplou os gastos e receitas per capita; os gastos per capita com pessoal, com o Poder legislativo e com a máquina administrativa; participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida, limitada, no caso dos municípios, em 120%; operações de crédito/despesas de capital e o esforço de investimentos da

administração, medido pela participação deste componente no gasto total (FJP, 2013).

Os dados sobre os gastos per capita do município de Aimorés/MG, apresentados no Quadro 15, evidenciaram que mais de 50% dos gastos municipais, no valor de R\$ 773,26 por habitante, envolveram outras atividades; seguidos pelos gastos com educação (R\$247,13), saúde (R\$182,55) e infraestruturas (R\$138,29), como os setores de maior representatividade no orçamento público, com 16,0%, 11,8% e 9,0%, respectivamente.

Os demais gastos não ultrapassaram a 5,0% do orçamento público, sendo os gastos per capita com saneamento de R\$19,42 (1,2%); enquanto que o percentual de gastos com o legislativo (EC–Nº25) foi de 5,3%, com o custeio da máquina administrativa/RCL de 38,1% e com pessoal (LRF) equivalente a 52,3%.

A receita líquida per capita (R\$ de dez/2010/hab.) foi de R\$1322,18, que foi inferior aos gastos totais (R\$1543,18), sendo o equilíbrio fiscal negativo. A participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida, que mede o endividamento público, foi de 0,04%, com 19,4% em operações de crédito/despesas de capital.

O esforço de investimento no gasto total foi de 9,14%, que permite avaliar tanto a eficiência quanto a economicidade do gasto realizado pela administração na provisão de políticas públicas. Considera-se que administrações mais eficientes tendem a apresentar gastos relativos menores com o custeio da máquina pública e com o Legislativo, liberando mais recursos para os investimentos, ao contrário de administrações menos eficientes.

**Quadro 11 - Gastos per capita do Município de Aimorés, 2010.**

<b>Itens</b>	<b>Valores (R\$ dez/2010)</b>	<b>%</b>
Saneamento	19,42	1,2
Meio Ambiente	63,81	4,1
Saúde	182,55	11,8
Educação	247,13	16,0
Assistência Social Cidadania	49,01	3,2
Difusão Cultural	13,44	0,9
Esporte/Lazer	2,39	0,2
Segurança Pública	4,92	0,3

Agropecuária	6,36	0,4
Infraestrutura	138,29	9,0
Desenvolvimento Econômico	42,60	2,8
Gastos com Outras Atividades	773,26	50,1
<b>GASTOS TOTAIS</b>	<b>1.543,18</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FJP (2013)

O comportamento das finanças públicas é um dos componentes do Índice Mineiro de Responsabilidade Social<sup>11</sup> (IMRS), organizado numa base de dados com cerca de 350 indicadores municipais para o Estado de Minas Gerais, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP) da Fundação João Pinheiro (FJP). O IMRS contempla as dimensões saúde, educação, renda, segurança pública, habitação e meio ambiente, cultura, esporte, turismo e lazer, além das finanças municipais, com condições de subsidiar o planejamento das políticas públicas de âmbito local, a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos.

Os dados do IMRS permitem uma avaliação do desempenho do poder público na promoção da responsabilidade social nas diversas áreas setoriais, promovendo o sistema de monitoramento das atividades do setor público, bem como a transparência e controle por parte da sociedade (FJP, 2013).

O IMRS do município de Aimorés, no ano de 2008, conforme dados do Quadro 16, foi de 0,631, influenciado principalmente pelas dimensões Assistência Social (0,768), Saúde (0,734) e Finanças Municipais (0,66). A maioria das dimensões, excetuando Educação e Segurança Pública, apresentou um crescimento, no intervalo de 2006 a 2008, como: Meio Ambiente e Habitação (crescimento de 26,4%), Educação (11,2%), Finanças Municipais (4,8%) e renda e emprego (2,2%). As demais dimensões sofreram modificações, em 2008, como a inserção de Assistência Social e o desmembramento de Cultura e Esporte (com crescimento de 49,3%, no período de 2004/2006) em Cultura e Esporte/ Turismo/ Lazer.

---

<sup>11</sup>Na construção do IMRS os indicadores de cada dimensão são transformados em índices, com valores entre 0 e 1, pela fórmula geral: (Valor observado - pior valor) / (melhor valor - pior valor). O índice de cada dimensão é obtido por meio da média ponderada dos índices dos indicadores que o compõem. Da mesma forma, calcula-se o índice de cada dimensão (média ponderada dos índices dos temas que a compõem) e o IMRS (média ponderada dos índices das dimensões). Os pesos definidos para cada dimensão são: Educação (15%); Saúde (15%); Segurança Pública (12%); Meio ambiente e habitação (10%); Cultura (9%); Esporte, Turismo e Lazer (1%), Renda e emprego (13%); Assistência Social (12%) e Finanças Municipais (13%), conforme FJP (2013).

As duas novas dimensões incluídas em 2008 apresentaram índices de responsabilidade social expressivos, comparativamente às demais dimensões, como foi o caso da Assistência Social, com o valor mais alto (0,768), além da Cultura (0,639).

Como pode ser observado, houve uma melhoria do índice ao longo dos anos, com aumento de 20,4%, ao passar de 0,524 para 0,631. O índice só não foi maior, porque algumas dimensões apresentaram um decréscimo, no período 2006/2008, como: Educação (7,4%) e Segurança Pública (10,3%)

**Quadro 12 - Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), Aimorés/MG, 2000 a 2008.**

Índices (0 a 1)	Anos				
	2000	2002	2004	2006	2008
<b>Índice Mineiro de Responsabilidade Social</b>	<b>0,524</b>	<b>0,532</b>	<b>0,583</b>	<b>0,618</b>	<b>0,631</b>
IMRS – Saúde	0,564	0,560	0,642	0,660	0,734
IMRS – Educação	0,552	0,563	0,574	0,578	0,535
IMRS – Segurança Pública	0,661	0,650	0,671	0,652	0,585
IMRS – Assistência Social	---	---	---	---	0,768
IMRS – Meio Ambiente e Habitação	0,361	0,386	0,420	0,402	0,508
IMRS – Cultura e Esporte	0,200	0,209	0,539	0,805	---
IMRS – Esporte, Turismo e Lazer	---	---	---	---	0,597
IMRS – Cultura	---	---	---	---	0,630
IMRS – Renda e Emprego	0,597	0,614	0,581	0,598	0,611
IMRS – Finanças Municipais	0,591	0,607	0,598	0,630	0,660

FONTE: FJP (2013)

#### **8.4 Considerações Finais**

Desde os anos 90, o país tem conseguido reduzir significativamente os níveis de pobreza; mas, a questão do saneamento avançou pouco. A utilização do saneamento como um direito público e social envolve a superação dos entraves tecnológicos e, principalmente, políticos e gerenciais; bem como a conscientização da população e administradores públicos sobre seus benefícios econômicos sociais e ambientais.

Assim, para que ocorra uma mudança de atitude à respeito da relação pessoas versus meio ambiente, é necessário que sociedade se conscientize das vantagens do saneamento básico, em termos de: melhoria da saúde e das condições de vida da comunidade; diminuição da mortalidade em geral, principalmente da infantil; aumento da esperança de vida da população; redução da incidência de doenças relacionadas à água, exposição de lixo, esgotamento sanitário e hábitos de higiene; facilidade na implantação e melhoria da limpeza pública e dos sistemas de esgotos sanitários; diminuição dos gastos

particulares e públicos com consultas e internações hospitalares; aumento da vida produtiva dos indivíduos economicamente ativos; incentivo à indústria turística em localidades com potencialidades; possibilidades de maior conforto e bem-estar e incentivo ao desenvolvimento econômico.

A universalização do saneamento básico no Brasil ainda está distante, apesar da maior disponibilidade de recursos pelo Governo Federal, Estados, municípios e iniciativa privada. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao proporcionar a transferência obrigatória de recursos financeiros pela União, criou uma série de facilidades de acesso aos recursos pelos Estados, Municípios e companhias de saneamento, estando previstos mais R\$ 41,1 bilhões, para investimentos em ações de saneamento no quadriênio 2011-2014.

Considerando o decréscimo populacional local, o estado de pobreza, a situação de desemprego e a limitada verticalização e agregação de valor do setor primário à produção local, torna-se necessário o fortalecimento de outras atividades produtivas no Município de Aimorés, como: confecções, granito e artesanato; além do desenvolvimento do turismo e empreendedorismo ambiental e urbano.

Entre as potencialidades turísticas encontradas no município de Aimorés estão aquelas referentes ao turismo natural ou eco-turismo, voltado para apreciação de ecossistemas naturais; o turismo cultural e histórico, além de outras atividades como: turismo rural, turismo esportivo e turismo de lazer, dentre outros.

Merece destaque o Programa Microempreendedor Individual (MEI), que promove a inclusão social e o acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania às pessoas que atuam informalmente com pequenos negócios ou prestação de serviços, como, por exemplo, artesãos, cabeleireiros e ambulantes.

Concluiu-se que o saneamento básico é um fator fundamental, mas não único, para a melhoria da qualidade de vida da população, devendo ser incorporado a um modelo de desenvolvimento que contemple um equilíbrio entre os aspectos ecológicos, econômicos e sociais, de tal forma que as necessidades básicas de cada indivíduo possam ser satisfeitas e que todos tenham oportunidades sociais, em função de seus próprios potencialidades, bem como consciência de sua co-responsabilidade na preservação dos recursos naturais e na prevenção de doenças associadas aos serviços de água, lixo e esgotamento sanitário.

